

**ÉTICA E LIBERDADE:
LIDANDO COM OS CONFLITOS EXISTENTES NO AMBIENTE ESCOLAR**

**Ethics and Freedom:
Dealing with Conflicts in the School Environment**

**Ética Y Libertad:
Manejando Conflictos en el Entorno Escolar**

Maria Judith Sucupira da Costa Lins
Bruna Rodrigues Cardoso Miranda
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

RESUMO

Ética e Liberdade são atitudes fundamentais para o desenvolvimento da pessoa, contribuem para a harmonia social e devem ser incentivadas no ambiente escolar. O presente artigo menciona algumas correntes que distorcem o conceito de Liberdade. Propõe então, uma reflexão ética e um aprofundamento filosófico sobre o conceito de Liberdade, baseado fundamentalmente no filósofo Jacques Maritain. A partir desse entendimento, objetiva identificar se e como essa reflexão é capaz de auxiliar na diminuição dos conflitos existentes no ambiente escolar, mais especificamente, a violência. Pode-se dizer que a Liberdade é parte fundamental do próprio ser humano, pelo fato de estar diretamente relacionada à razão e consciência. O entendimento real do seu significado é fundamental para guiar o homem em busca do bem comum.

Palavras-chave: Liberdade; Ética; Violência Escolar

ABSTRACT

Ethics and freedom are fundamental attitudes for the development of the person, contribute to social harmony and should be encouraged in the school environment. This article mentions some currents that distort the concept of Freedom. It proposes, then, an ethical reflection and a philosophical deepening on the concept of Freedom, based fundamentally on the philosopher Jacques Maritain. From this understanding, it aims to identify if and how this reflection is capable of helping to reduce conflicts in the school environment, more specifically, violence. It can be said that Freedom is a fundamental part of the human being, because it is directly related to reason and conscience. The real understanding of its meaning is fundamental to guide man in search of the common good.

Keyword: Freedom, Ethics, School Violence

RESUMEN

La ética y la libertad son actitudes fundamentales para el desarrollo de la persona, contribuyen a la armonía social y deben fomentarse en el entorno escolar. Este artículo menciona algunas corrientes que distorsionan el concepto

de libertad. Propone, entonces, una reflexión ética y una profundización filosófica sobre el concepto de Libertad, basado fundamentalmente en el filósofo Jacques Maritain. Desde esta comprensión, tiene como objetivo identificar si esta reflexión es capaz de ayudar a reducir los conflictos en el entorno escolar, y más específicamente, la violencia y de qué manera. Se puede decir que la libertad es una parte fundamental del ser humano, porque está directamente relacionada con la razón y la conciencia. La comprensión real de su significado es fundamental para guiar al hombre en la búsqueda del bien común.

Palabras clave: Libertad; Ética; Violencia Escolar

INTRODUÇÃO

A Ética é fundamental para a vida em harmonia (Aristóteles, 2007, séc. IV a.C.) na sociedade. Se não há harmonia em um ambiente, não está havendo o exercício da ética. MacIntyre (2001) aponta para o estado de *Desordem Moral* vivenciado, que é resultado de uma ética Emotivista, que são as ações calcadas no prazer pessoal e que geram diversos conflitos na sociedade. A escola é uma instância social e como as demais não está isenta dos problemas causados por essa *Desordem Moral* que evidencia a falta de ética.

A dificuldade de entendimento sobre o que é liberdade pode contribuir para esses problemas concernentes a falta de ética. Ao confundir o conceito de liberdade com libertinagem, a pessoa tende a agir sem medir as consequências dos seus atos, acreditando que ser livre é poder fazer o que se quer. Essa é uma ideia errada de liberdade que teve início com as correntes filosóficas do Existencialismo de Kierkegaard, Nietzsche, Heidegger e Husserl (Giles, 1989), cujas doutrinas focam a condição de existência humana, dando abertura ao chamado liberalismo, ou seja, eu faço o que eu quero, sem analisar as consequências. Numa corrente de pensamento similar, Freud (2019) afirma que não existe domínio de si e dá ênfase ao inconsciente do indivíduo no comando de sua vida, seus pensamentos e condutas. O psicanalista não considera a capacidade da pessoa em conduzir a própria vida pelo exercício de sua liberdade, razão e vontade.

Semelhantemente, podemos citar a anarquia, que é um modo de pensar sociológico e um sistema derivado do individualismo e liberalismo. Foi um movimento curto que teve início na Itália (Woodcock, 1998) e tem como ideia central que a pessoa faça o que quer, não há obediência a um tipo de padrão e não há respeito. Pelo contrário, há uma negação total de poder fora de si, pois o poder é considerado uma realidade, visto como um instrumento a serviço de um bem social que é oposto ao bem comum.

Ambos pensamentos causam problemas que têm relação direta com a ausência de comportamento ético e que afeta as mais diversas instâncias sociais, incluindo a escola. Sendo assim, o presente artigo propõe uma reflexão ética e um aprofundamento filosófico

sobre o conceito de Liberdade, baseado fundamentalmente no filósofo Jacques Maritain (1956, 1960, 1966, 1967, 1973). A partir desse entendimento, objetiva identificar se e como essa reflexão é capaz de auxiliar na diminuição dos conflitos existentes no ambiente escolar.

Conceituar Liberdade não é uma das tarefas mais fáceis. Para tal, faz-se necessário primeiro entender alguns conceitos filosóficos, tendo em vista que a filosofia é a ciência que busca o conhecimento da verdade. Os filósofos são aqueles que trabalham para alcançar esse objetivo. Maritain (1956, p.109) afirma que a escola de Aristóteles e de Tomás de Aquino ensina que “a verdade não é impossível nem fácil, mas difícil de ser atingida pelo homem”. Entretanto, apesar da dificuldade, a verdade é possível de ser alcançada, se houver um esforço da pessoa.

Uma reflexão filosófica, necessariamente deve ser calcada na verdade, do contrário é apenas uma ideologia, em que as ideias são o centro e sobressaem à verdade e à realidade. As ideologias se relacionam ao relativismo, ou seja, quando o “eu” é colocado como medida. Na Grécia antiga havia o grupo dos sofistas como explica Maritain (1973), que em sua grande maioria eram homens de inteligência superior e acreditavam ter sabedoria, porém a confundiam com o poder. Partilhavam de ideias relativistas, que visavam ter êxito no mundo, por meio da dúvida sobre tudo relacionado à conduta humana.

O relativismo diz que não há verdade absoluta e que esta pode ser medida conforme o tempo e o espaço, no entanto, essa afirmativa faz nula ela mesma. Boudon (2016, p.74) aponta ainda o mal-uso do relativismo que diz: “cremos por verdadeiro o que nos é útil”, ou seja, é usar afirmativas em benefício próprio. O problema, nesse caso, é que ter verdades utilizadas com intuito de se beneficiar, pode causar enormes prejuízos, pois cada pessoa usará o argumento que melhor lhe convenha, e que nem sempre é o mais adequado quanto à busca do bem comum.

A filosofia surge no século V a.C. com os questionamentos sobre “Quem é o homem?”, “O que é o homem?”, “Para que existe o homem?”. Toda filosofia é uma ordenação de ideias do interior do ser humano. Houve grande influência das religiões antigas na construção da Filosofia e conseqüentemente da sociedade (Maritain, 1956). A filosofia grega é a primeira a ser considerada como tal, pois se distingue da religião e aparece como operação própria da razão.

O homem é o único ser capaz de obter a razão necessária para a busca da verdade, que advém da consciência. Porém, a razão por si só não é garantia da construção da consciência. Pode haver uma consciência deformada, ou seja, sua construção não ser feita de forma adequada. Ter uma *reta consciência*, segundo Maritain (1956) é o que garante o saber de si e o saber das coisas, ou seja, é agir sempre consciente do que se está fazendo, em busca daquilo que é correto. É fazer o exercício de analisar se uma atitude

pode prejudicar alguém. A *reta consciência* é o que permite uma reflexão e disposição em pensar nas próprias atitudes e ser capaz de abrir mão de um objetivo que pode beneficiar a si, mas prejudicar o outro. É algo fundamental para um filósofo e também para o educador. A *reta consciência* se distingue do conhecimento, o qual por si só não possui valor moral. A sabedoria advém de uma experiência elaborada pela pessoa e do relacionamento com o outro, por isso se diferencia do conhecimento. Maritain (1966, p. 38) enfatiza que “o conhecimento e a sabedoria libertam”, pois é preciso rasgar a cortina da ignorância. Libertam no sentido pleno da palavra, ou seja, é a capacidade de agir corretamente, utilizando a liberdade de fazer uma escolha.

Maritain (1956, p.109) considera que “não existe filosofia mais fiel do que a de Aristóteles e de Santo Tomás às regras do pensamento que asseguram a pureza e a liberdade da Filosofia”. A Liberdade que se pretende entender nesse estudo, é parte fundamental do próprio ser humano, pelo fato de estar diretamente relacionada à razão e consciência mencionadas. Para ter liberdade, a pessoa precisa antes ter a razão como uma bússola que guie suas decisões e para que sejam decisões tomadas de maneira correta, precisam estar baseadas em uma filosofia, que como já descrita, está calcada na verdade. Vejamos na seção seguinte o que o filósofo Jacques Maritain considera ser Liberdade.

FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DE JACQUES MARITAIN SOBRE LIBERDADE.

A liberdade é uma característica do ser humano. Ninguém dá a liberdade a ninguém. Entretanto, Nasch (1968, p.19) afirma que “o homem de modo nenhum nasce livre, como também não vive completamente escravizado”, visto que nasce desamparadamente dependente e necessita de cuidados de outra pessoa. Por outro lado, o sujeito em sua dignidade (von Hildebrand, 1972) é sempre livre e capaz de decidir livremente fazer o bem, que pode ser alcançado por meio de uma reflexão ética e comportamento moral. É importante destacar que a ética não é uma máquina de fazer o bem, pois não consegue fazer com que uma pessoa se torne moral. É necessário para isso, que haja vontade para se fazer uma escolha e é preciso ter prudência, conforme destaca Aristóteles (2007, séc. IV a.C.), para então ser capaz de controlar as variáveis antes de agir.

As principais aspirações da pessoa giram em torno da liberdade e estão relacionadas com a expansão e autonomia que devemos alcançar por meio de um esforço constante e combate contínuo. Nash (1968) chama atenção para as necessidades impostas socialmente, que nem sempre são necessidades reais, limitarem ou ampliarem a liberdade da pessoa. O autor afirma que “todas as necessidades que consideramos como básicas servem para reduzir nossa liberdade, pois tornamo-nos prisioneiros daquilo que não

podemos fazer sem que elas sejam satisfeitas” (Nash, 1968, p. 20). Para não nos tornarmos prisioneiros das necessidades, muitas vezes impostas, é preciso refletir sobre quais necessidades são reais e fazer um exercício contínuo para não sermos dominados pelos nossos desejos.

Nesse sentido, Maritain (1966) cita a filosofia grega – a filosofia de Aristóteles em particular –, pois via ali a possibilidade de independência adquirida pelo homem por meio da inteligência e sabedoria. Estas capacidades contribuem para que o ser humano seja livre para fazer suas escolhas, baseado no que é correto, não no que é direcionado por outra pessoa ou por uma ideologia, que pode tentar seduzir ou convencer alguém a ter um comportamento indevido com falsos argumentos. Ainda, segundo Nash (1968, p. 41) a liberdade subjetiva pode ser definida como “a relação entre os desejos do indivíduo e sua capacidade para satisfazê-los: entre o que ele tenciona e o que ele realiza; entre ‘querer’ e ‘poder’”. Isso implica em uma liberdade subjetiva, pois dependerá da situação em que um indivíduo vive e quais são as necessidades socialmente exigidas dentro do seu contexto.

Assim, ter consciência de si possibilita o desenvolvimento da liberdade, mantendo relação com a formação da personalidade, por que as aspirações possibilitam a constituição da personalidade. A aspiração aqui é entendida como uma vontade, sendo natural e específica ao ser humano, porém deve ser direcionada para o bem. Assim:

o homem que se entrega inteiramente à satisfação dos seus apetites faz com que cresçam e se multipliquem tanto que acabam por tornar-se mais fortes do que ele; e uma vez tornando seu escravo, perde o senso moral, perde a energia e se torna incapaz de discernir e praticar o bem (Wagner (2007, p. 8).

Nesse sentido, faz-se necessário controlar os desejos ou vícios e praticar as virtudes que os contrapõem. Maritain (1960) evidencia que a consciência e a vontade resultam na liberdade, pois a vontade ultrapassa o físico e a razão e para tal é primordial a inteligência. O filósofo enfatiza que a liberdade só existe quando há razão, ou seja, quando a pessoa possui maturidade para entender esse direito e é capaz de colocá-lo em prática. No campo da Psicologia, Erikson (1976) nos diz que a maturidade só ocorre ao final da adolescência. Logo, a criança e o adolescente ainda não possuem liberdade, pelo fato de não terem a consciência de que esta é uma possibilidade.

Na continuidade, para Maritain (1966, p. 66), “a liberdade da criança é a espontaneidade de uma natureza humana e racional, e essa espontaneidade largamente indeterminada tem seu princípio interior de determinação final na razão, que não se desenvolveu ainda na criança”, ou seja, a liberdade está condicionada a existência da razão

do indivíduo. É imprescindível que haja a consciência do que é liberdade, para que a pessoa seja capaz de exercer a liberdade. Uma criança que ainda não possui a razão, que é plástica e maleável, se não for orientada, pode ter sua liberdade perdida.

É importante mencionar que para o filósofo Maritain (1960) existem dois tipos de Liberdade: a social, cuja possibilidade é de colaboração mútua para o bem comum, por exemplo, fazer escolhas por meio do voto; e a individual, onde se dão as escolhas pessoais e que sempre irão interferir de alguma forma no meio. Maritain (1967) ensina que livres são aqueles que respeitam as regras, porque tem a consciência de que cumprir regras colabora para o bem comum.

Nesse aspecto, Maritain (1967, p. 21 e 22) cita três pontos essenciais do bem comum: a. Redistribuição – disposição em ajudar no desenvolvimento das pessoas; b. Autoridade – há necessidade de que algumas pessoas sejam encarregadas da tarefa de direcionar às outras. A autoridade que visa o bem comum de todos tem a capacidade de guiar homens livres e não exercer dominação sobre o outro para o bem próprio; e por fim, c. Moralidade intrínseca – é essencialmente retidão de vida, boa e íntegra e não um conjunto de vantagens e utilidades.

A consciência pessoal sobre a importância desses pontos e a disposição para colocá-los em prática contribuem significativamente para o bem comum e harmonia social. O sentimento social é mais importante que o individual, por isso as atitudes individuais devem sempre ser direcionadas para o outro, visando o bem comum, como destaca Aristóteles (2007, séc. IV a.C.), que pode ser alcançado pelo uso correto das virtudes, meio no qual a verdadeira liberdade está alicerçada.

Há uma escravidão aos próprios impulsos na sociedade moderna, o que Maritain (1973) define como escravidão da liberdade. Todavia, o real conceito de liberdade é a capacidade de ter autodomínio. Há uma tendência de se tornar escravo dos desejos. Se não houver domínio de si, o homem se torna como um animal. Nesse caso, utiliza-se de mecanismos de defesa como meio de justificar as próprias atitudes e recorrer no erro.

Com intuito de auxiliar o homem na luta contra os maus desejos é necessário que haja uma autoridade que organize a liberdade. Autoridade aqui é diferente de poder e é um dever cívico, como aponta Maritain (1960). É exercida nas mais diversas situações: na família, no trabalho ou pelo Estado. Sobre essa questão, Nash (1968) mostra algumas diferenças entre Autoridade e Autoritarismo. Inicialmente o autor diz que autoridade é frequentemente necessária e autoritarismo é sempre pernicioso. Sobre Autoritarismo diz que:

A crença no valor da ordem pela ordem constitui o ponto básico de uma filosofia autoritária. Em nível mais baixo, isso dá origem ao início do exercício da autoridade e da consecução da ordem para o bem de um indivíduo e não para o bem de outros ou do grupo (Nash, 1968, p. 119).

O filósofo supracitado aponta para o risco desse autoritarismo acontecer na escola, pois o autoritário, segundo o autor, “exige obediência irrestrita e está sempre preparado para implantar o medo e o castigo severo para obtê-la” (Nash, 1968), demonstrando assim o uso inequívoco da função que exerce no ambiente escolar. Diferente do autoritarismo, Nash (1968, p. 120) defende que é preciso haver na escola uma forte autoridade externa que auxilie o aluno e “que não lhe permita indulgência para com o lado mais primitivo de sua natureza”. É ter alguém capaz de direcionar esse aluno, ainda em desenvolvimento, sobre as escolhas a serem tomadas, enfatizando sempre que estas devem visar o bem comum.

A autoridade guia o ser humano em todas as fases da vida, porém, na infância e adolescência é primordial, pelo fato de não ter ainda adquirido maturidade suficiente para fazer escolhas de acordo com princípios morais que contribuam para o bem comum. Colaborando com a família, a escola tem papel de auxiliar o desenvolvimento integral dos alunos.

A LIBERDADE E OS CONFLITOS NO AMBIENTE ESCOLAR.

A Educação é a construção própria do desenvolvimento integral do ser humano, de modo que ele se torne um ser em plenitude. Sendo assim, a liberdade que é inerente ao ser humano, terá um crescimento e será favorecida. Na infância, a liberdade ainda não está na sua forma amadurecida, pois passa por fases de desenvolvimento. Sucupira Lins (2017) enfatiza que a criança é um ser livre, no entanto, precisa aprender a ser livre e é apenas por meio da sua consciência reta que se entenderá como tal. A liberdade existe na criança, mas não de uma forma que lhe dê condições de guiar sua própria vida. Para que isso aconteça, é necessário que haja uma Educação Moral, que é feita pela família, em primeiro lugar e complementada pela escola, como uma tarefa constante. A Educação Moral é uma atividade que não se limita a um determinado momento.

A escola tem um papel para além da transmissão de conteúdo, pois deve auxiliar no desenvolvimento integral do estudante. Nash (1968, p. 40) afirma que parte da educação “consiste em mostrar-se ao estudante que ele tem liberdade não só para ler, ou ouvir, ou observar, mas também para abster-se de ler, ouvir ou observar”, isto é, o professor deve

mostrar ao aluno que ler tudo nem sempre é benéfico. É necessário saber o que e como se lê. Segundo o autor, isso implica inclusive o conhecimento do que não se deve ler. Esse é um dos fundamentos que direcionam para o desenvolvimento da liberdade em seu sentido estrito, visto que é preciso saber utilizar a liberdade que se tem.

Uma forma de direcionamento de uma liberdade benéfica é o uso das virtudes como meio de obter um comportamento ético. A criança precisa entender que as virtudes são fundamentais para adquirir liberdade e auxiliam o desenvolvimento do seu caráter, como aponta Cardoso (2019), ou seja, para o amadurecimento e a capacidade de tomar decisões que contribuam para o bem comum. Além desse entendimento, é necessário que haja oportunidades para o aluno desenvolver as virtudes (Sucupira Lins, Souza, 2018), sendo possível, por esse meio, o desenvolvimento moral.

As pressões e controles externos podem cercear a liberdade individual de pensar, falar, ler e escrever livremente e também podem ameaçar o crescimento saudável do ser humano, é o que aponta Nash (1968) e ainda acrescenta que “a liberdade intelectual é sempre ameaçada pelo ignorante e mal-educado, que não vê claramente a natureza preciosa de tal liberdade e a necessidade do diálogo” (p. 90). O diálogo é uma prática essencial que garante a liberdade e deve ser estimulado em todos os ambientes sociais, inclusive e principalmente na escola. O filósofo continua dizendo que “com mais educação, o homem torna-se mais consciente do valor da liberdade de discussão e, por isso, começa a valorizá-la ainda mais” (Nash, 1968, p. 91), sendo necessária a livre discussão para obter educação. O diálogo não só permite a liberdade de expressão do outro, como pode auxiliar na diminuição dos conflitos, tendo em vista que as diferenças podem ser resolvidas a partir do momento que ideias são expressas e respeitadas.

A liberdade da pessoa ética permeia suas decisões, contribuindo para a harmonia na sociedade. Quando uma pessoa age sem medir as consequências de seus atos e não reflete sobre como as decisões podem influenciar o meio que vive, não está agindo com liberdade. Assim, há uma falsa ideia de liberdade, que se confunde com libertinagem, já mencionada. A ausência da *reta consciência* causa os mais diversos conflitos no ambiente escolar.

Um desses conflitos, destacado nesse estudo, é a violência escolar, que causa grandes prejuízos ao desenvolvimento integral do aluno e atinge todos os membros da escola, pois põe em risco a harmonia¹ social. No entanto, a violência é um termo ambíguo, mas para de Krug ela se constitui no:

¹ A harmonia é apontada por Aristóteles (2007, séc. IV a.C.) como fundamental para a convivência em sociedade e é possível ser construída por meio da Ética.

Uso da força física ou do poder real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha qualquer possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (Dahlberg, 2002, p. 5).

Vê-se que a violência acontece de diversas formas e apresenta múltiplas distinções. A filósofa Hannah Arendt (1969, p. 22) diz que “a violência nada mais é do que a mais flagrante manifestação de poder”, ou seja, quando o indivíduo pretende impor sua vontade, tende a utilizar a violência como forma de alcançar o que deseja. A filósofa afirma ainda que a imposição da vontade de um indivíduo sobre o outro, faz com que este se sinta superior, sendo a violência o meio de coagir o outro a agir segundo seu querer, o que demonstra a necessidade de domínio. Corroborando com essa premissa, Nash (1968) aponta o autoritarismo, mencionado no tópico anterior, como forma de aquisição de poder e controle sobre o outro. Olhando por essa perspectiva, a violência pode partir de um professor, diretor ou funcionário, que exercem funções hierarquicamente acima dos alunos.

Arendt (1969, p. 32) continua dizendo que a violência “é, por sua própria natureza, instrumental; como todos os meios, está sempre à procura de orientação e de justificativas pelo fim que busca”, porém, segundo a filósofa, utilizar a violência como instrumento para adquirir poder, não gera resultados, pois a ação violenta desautoriza àquele que a pratica, impossibilitando que seja visto como alguém que mereça ser respeitado. Apesar da tentativa de encontrar justificativas para ações violentas, estas são inadmissíveis, pois atingem diretamente o bem mais precioso existente: a pessoa humana (von Hildebrand, 1972), que merece ser respeitada e tratada com dignidade.

Maritain (1967) enfatiza que a liberdade é saber fazer uso das próprias ações, por meio da razão, sempre visando o bem comum. Ao cometer um ato violento, o indivíduo não está exercendo sua liberdade, pois demonstra a incapacidade de controlar seus desejos e objetiva o bem próprio, por meio do domínio de poder sobre o outro para impor sua vontade. A violência pressupõe certa animalidade (Scheler, 2003) que não deve ser exercida pelo ser humano, visto que é um ser capaz de realizar atividades complexas de modo mais sofisticado que outras espécies e possui capacidades psíquicas superiores a mera capacidade de reação instintiva. Corroborando com essa afirmativa, Nash (1968, p. 19) diz que “até mesmo o homem primitivo excede de longe o animal, em sua dependência e na extensão e profundidade de suas necessidades”. Desse modo, “educar” faz-se necessário para se afastar da animalidade e deixar para trás a natureza própria.

Por isso para Maritain (1966, p. 38) a “primeira finalidade da educação é a conquista da liberdade interior”, ou seja, a capacidade de entender e reconhecer que é um ser dotado de liberdade e que é necessário saber utilizá-la. Durante a infância é fundamental que haja uma pessoa que dê o direcionamento correto à criança, para que seja capaz de alcançar a liberdade que é um direito seu.

Nash (1968) denuncia a ideia pela busca por liberdade baseada no consumismo e defende que um dos papéis da educação deve ser auxiliar o aluno a aspirar por uma vida mais rica e satisfatória do que uma vida materialmente aquisitiva. O filósofo diz que se trata de “um objetivo elevado, pois significa que a escola deve funcionar em oposição aos valores prevalentes na sociedade” (Nash, 1968, p. 40), mas que ainda assim, essa tentativa deve ser feita, por ser algo de grande importância para o desenvolvimento do aluno. Assim, o autor aponta como uma solução para este desafio, educar para a simplicidade, ou seja, conduzir os alunos na compreensão de distinguir o essencial do secundário, que pode contribuir para a construção da consciência individual de cada um sobre aquilo que realmente é importante na vida.

Questões como estas atrapalham o desenvolvimento da pessoa humana como um ser integral. É preciso que a escola esteja atenta às suas práticas, com intuito de perceber o que é positivo e o que negativo quando se pensa em educação. Maritain (1966) faz um alerta e enumera sete erros concernentes à educação, porém dentre eles, selecionamos três que têm relação direta com o tema abordado nesse estudo:

1º erro – *Ideias falsas concernentes ao fim*: são as ideias falsas ou incompletas relativas à natureza do fim da educação. A tarefa da educação segundo Maritain (1966, p. 29) “é ajudar e guiar a criança à sua realização humana” e por isso não pode ignorar os problemas e dificuldades da Filosofia. Esse erro está relacionado às ideologias, incluindo o eufemismo e o politicamente correto. Toda ação tem como base um fundamento filosófico e é imprescindível dedicar-se a educação integral do homem, pois só desta forma será capaz de atingir a maturidade.

2º erro – *Intelectualismo*: um dos aspectos desse erro é o intelectualismo moderno “que abandona os valores universais e insiste sobre as funções práticas e operantes da inteligência. Vê a suprema realização da educação na especialização científica e técnica” (Maritain, 1966, p. 47). Esse erro prejudica inclusive a democracia social, visto que o ser humano que é especialista em apenas uma área, assim torna-se inapto a pensar e discutir sobre outras, interferindo inclusive na própria noção que se tem de liberdade. O intelectualismo pressupõe também discutir sobre tudo com falsas ideias, apenas para mostrar que é intelectual, como faziam os sofistas.

3º erro – *Voluntarismo*: que, conforme Maritain (1966, p. 49), é um erro que "contribui para inverter a ordem interna da natureza humana, submetendo a inteligência à vontade recorrendo à virtude das forças irracionais", ou seja é fazer o que se quer, dando espaço ao domínio pelas paixões e ao império dos desejos. Não há intencionalidade.

Todos os erros descritos estão inter-relacionados, visto que, a ausência da verdade, que é parte essencial da Filosofia, contribui para reflexões vazias e enganosas que podem guiar erroneamente o indivíduo que está sendo educado.

Então, a criança sendo plástica e maleável, caso essa condição não seja tratada de forma adequada, pode prejudicar o desenvolvimento da liberdade, que pode ser perdida, caso não seja ajudada e orientada. Maritain (1966, p. 66) ainda afirma que "uma educação que consiste em dar à criança a responsabilidade de adquirir informações daquilo que ela nem sabe que ignora, seria um simples fracasso", visto que é necessário haver uma consciência antes de colocar em prática a liberdade que lhe é de direito. A educação, segundo o filósofo, não pode se contentar em apenas contemplar a manifestação dos instintos da criança em que o professor é um espectador dócil e supérfluo, pois há uma responsabilidade dos adultos para com os jovens. Maritain (1966, p.67) enfatiza que "o direito da criança de ser educada exige que o educador tenha autoridade moral sobre ela, autoridade que nada mais é do que o dever do adulto para com a liberdade da criança".

É possível ensinar moralmente (Sucupira Lins, Souza, 2018), basta saber bem para agir bem. E, nesse sentido o papel do professor é fundamental. É preciso também que o professor tenha consciência da sua função de educador e esteja disposto a contribuir com o desenvolvimento integral dos seus alunos, o que inclui o ensino da ética, oportunidades de desenvolvimento das virtudes e o direcionamento para o uso correto da liberdade no momento oportuno. É imprescindível que esse profissional saiba utilizar a autoridade que lhe é devida visando sempre o bem comum do grupo escolar.

O professor precisa olhar para o aluno enxergando as potencialidades existentes nele. Sucupira Lins (2016) enfatiza a necessidade do professor viver, atuar eticamente e transmitir a seus alunos a prática da ética. Por último e não menos importante, é fundamental o reconhecimento da dignidade da pessoa, como destaca von Hildebrand (1972), porque é a pessoa do aluno que deve ser vista e reconhecida como digna. Todos esses comportamentos podem contribuir para a minimização dos conflitos existentes no ambiente escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão apresentada nesse estudo, não pretendeu esgotar o assunto, mas contribuir para outras reflexões sobre o tema abordado. Acreditamos que é fundamental entender o real significado de “liberdade”, sendo este o primeiro passo para agir livremente, com responsabilidade e consciência dos próprios atos. A liberdade é específica e própria ao ser humano, porém para ser utilizada de forma correta é necessário antes de tudo, entender que liberdade não é o direito de fazer o que se quer. Pelo contrário, é saber que a liberdade existe, mas deve ser utilizada de forma consciente, sempre visando o bem comum na sociedade.

É comum ouvir pessoas dizendo que fazem o que querem, porque são livres, ou mesmo que gostariam de ter mais liberdade para fazer o que se quer. Ouvimos esse tipo de comentário de pessoas de todas as idades e é mais frequente ouvirmos de crianças e adolescentes, pelo fato de ainda terem alguém que direcione suas decisões e assim, sentem que sua ‘liberdade’ não está sendo respeitada. Contudo, vimos ao longo da discussão, que até que se complete a maturidade, atingida apenas no final da adolescência, a criança e o adolescente não podem ser considerados seres livres. Em primeiro lugar, porque ainda não tem a consciência e a razão que os direcionem e em segundo lugar, porque essa consciência é fundamental para exercer a liberdade. Não se pode ter algo sem ter a consciência da possibilidade.

Diante dessa realidade, entende-se a importância e o privilégio de ter alguém que guie a criança e o adolescente até que alcancem a reta consciência de fazer as próprias escolhas. A família é a primeira instância social responsável por esse direcionamento e a escola pode complementar, auxiliando os alunos na aquisição de comportamentos éticos, por meio da vivência das virtudes. O que irá permitir ao aluno, ainda em processo de desenvolvimento, fazer escolhas livres e que visem o bem estar do outro.

Além disso, para alcançar a liberdade no sentido correto, é necessário ter a verdade como norte e não ideias falsas e infundadas, que podem confundir o indivíduo e direcioná-lo falsamente. Como foi-nos possível constatar, há diversas correntes que deturpam o conceito de liberdade, o que atrapalha o seu desenvolvimento ideal, que é visar o bem comum. A autoridade, exercida corretamente, também pode auxiliar no desenvolvimento correto da liberdade, visto que é uma forma de direcionar o indivíduo que ainda está em fase de desenvolvimento.

A criança como ainda não tem condições de discernir o que é certo e errado, necessita de alguém que o instrua. Essa instrução acontece principalmente por alguém que exerce autoridade sobre ele, assim os professores acabam tendo um papel de autoridade sob os alunos e, nesse sentido, é possível auxiliar na construção da liberdade do aluno dentro do ambiente escolar.

A partir da compreensão dos tópicos descritos, concluímos que o entendimento real sobre a “liberdade” e seu uso correto, é um fator que pode influenciar positivamente na diminuição dos conflitos que ocorrem na escola. Um desses conflitos, que destacamos, é a violência escolar. A violência ocorre de diversas formas e pode ser utilizada como meio de coagir o outro em busca de interesses próprios, sem se importar com o bem-estar do grupo, mas apenas o bem estar individual e próprio. Atitudes violentas, seja de forma física, verbal ou emocional, são inadmissíveis, visto que demonstram a incapacidade de reconhecer a dignidade da pessoa humana. Intervir nesse tipo de comportamento na escola, pode auxiliar grandemente a harmonia, não só no ambiente escolar, mas em diversas outras instâncias sociais, pois da mesma forma que o aluno aprende algo com a família e reproduz na escola, o contrário também pode acontecer. Agora, se o aluno aprende na escola a vivência ética, irá desenvolver tal vivência onde estiver.

Por fim, ter a possibilidade da vivência Ética e saber atuar em “liberdade”, pensando no bem estar do outro são atitudes imprescindíveis. Tendo em vista que crianças e adolescentes ainda estão em fase de desenvolvimento, é fundamental que professores, gestores e funcionários auxiliem os alunos durante esse período, utilizando a autoridade que possuem, como forma de guiá-los da melhor maneira possível. Assim, auxiliar na construção de sujeitos éticos desde a infância e adolescência, garantirá que se tornem adultos capazes de fazer as próprias escolhas, de modo que colaborem para o bem-estar social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arendt, H. (1970). *Da Violência*. (M. C. Drummond, Trad.)
- Aristóteles. (2007). *Ética a Nicômaco*. (E. Bini, Trad.). Bauru, São Paulo: Edipro.
- Boudon, R. (2016). *A Sociologia como Ciência*. (F. Morás, Trad.). Petrópolis: Vozes. (Original publicado em 2010).
- Cardoso, B. R. M. (2019). *O Início do Processo de Formação do Caráter das Crianças na Educação Infantil*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Erikson, E. (1976). *Infância e Sociedade*. (G. Amado, Trad.). Rio de Janeiro: Zahar Editores. (Original publicado em 1950).
- Freud, S. (2019). *Cinco Lições de Psicanálise*. (S. Krieger, Trad.). São Paulo: Edipro. (Original publicado em 1910).
- Giles, T. R. (1989). *História do Existencialismo e da Fenomenologia*. São Paulo: EPU. (Original publicado em 1975).

- Krug, E. G., L. L. Dahlberg. (2002). *World report on violence and health*. Geneva: World Health Organization – WHO. 346. Recuperado em 10 de dezembro de 2019, de http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/full_en.pdf
- MacIntyre, A. (2001). *Depois da Virtude: um estudo em teoria moral*. (J. Simões, Trad.). Bauru, SP: Edusc. (Original publicado em 1981).
- Maritain, J. (1973). *A Filosofia Moral*. (A. A. Lima, Trad.). Rio de Janeiro: Editora AGIR. (Original publicado em 1960).
- _____. (1967). *Os Direitos do Homem e a Lei Natural*. (A. Coutinho, Trad.). Rio de Janeiro: José Olympio.
- _____. (1966). *Rumos da Educação*. (A. de N. S. das Graças, Trad.). Rio de Janeiro: Editora AGIR.
- _____. (1960). *Princípios duma Política Humanista*. (A. A. Baptista, Trad.). Rio de Janeiro: Editora AGIR. (Original publicado em 1940).
- _____. (1956). *Introdução Geral à Filosofia*. (I. Neves e H. O. Penteado, Trad.). Rio de Janeiro: Editora AGIR.
- Nash, P. (1968). *Autoridade e Liberdade na Educação: uma introdução à filosofia da educação*. (J. M. Nunes, Trad.). Rio de Janeiro: Bloch. (Original publicado em 1966).
- Scheler, M. (2003). *A Posição do Homem no Cosmos*. (A. Morão, Trad.) Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Original publicado em 1928)
- Sucupira Lins, M. J. C., Sousa, C. C. (2018). *Avaliação do desenvolvimento da personalidade moral. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 26 (100), 1004-1020. Recuperado em 10 de dezembro de 2019, de https://www.researchgate.net/publication/326778278_Avaliacao_do_desenvolvimento_da_personalidade_moral
- Sucupira Lins, M. J. C. (2017). *Liberdade e Educação Moral*. (5m 50). Recuperado em 10 de dezembro de <https://www.youtube.com/watch?v=yTydq5hydGI&t=21s>
- _____. (2016). *Formação de Professores e o Desafio da Ética*. *Revista Diálogos*, 20, 151-169. Recuperado em 10 de dezembro de 2019, de <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/32283>
- Von Hildebrand, D. (1972). *Ethics*. Chicago: Franciscan Herald Press.
- Wagner, C. (2007). *A Vida Simples*. (M. L. Hendee, Trad.). Nova Iorque: Editores Grosset & Dunlap.
- Woodcock, G. (1998). *Os Grandes Escritos Anarquistas*. (J. Tettamanzi e B. Becker, Trad.). São Paulo: L&PM Editores. (Original publicado em 1977)

Nota sobre as autoras

Maria Judith Sucupira da Costa Lins: Pós-doutorado em Filosofia da Educação e Ética e docente da Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Email: mariasucupiralins@terra.com.br

Bruna Rodrigues Cardoso Miranda: Doutoranda em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Email: rodriguesbrc@gmail.com

Recebido em: 17/12/2019

Aprovado em: 25/02/2020